

10 — JOSÉ SOMBRA, pai. — Ver *Fundadores*.

11 — VALDEMIRO CAVALCANTE. — Ver *Fundadores*.

12 — ALBERTO NEPOMUCENO. Na Rua Senador Pompeu, de Fortaleza, em casa ainda hoje conservada, nasceu no dia 6 de julho de 1864. Filho do maestro Vítor Nepomuceno. Ratificando o consenso geral, ainda hoje incontestado, considerou-o o Barão de Studart “o mais brasileiro de todos os compositores de que se orgulha o Brasil”. Venceu as dificuldades no meio um tanto hostil às coisas da Arte, logrando com o auxílio do notável escultor Bernardelli obter os recursos indispensáveis para uma viagem à Europa, onde mais aperfeiçoou a sua música, na Itália e na Suíça. Isto graças ao prêmio de 550 francos mensais, durante quatro anos, que conquistou no concurso para a partitura do Hino da República, classificado em segundo lugar. Frequentou escolas de teoria e técnica musical em Berlim e Paris. Voltando ao Brasil, em 1896, deram-lhe o lugar de professor de órgão do Instituto Nacional de Música, mas retornou ao Velho Mundo para mais preparar-se, na Noruega, na Áustria e na Alemanha. De novo no Brasil, foi nomeado Diretor do mesmo Instituto Nacional. As suas criações têm o nível das grandes concepções do som. Faleceu em 16 de outubro de 1920.

13 — LUÍS Francisco DE MIRANDA. O aprendiz de ferreiro que se fez juriconsulto. Na bigorna esteve até 1861, quando foi ocupar a Promotoria Pública da Comarca de Ipu. Conquistou os conhecimentos intelectuais suando de dia e estudando à noite. Advogado de renome, de fama um tanto lendária, o que resultava o modo como, com proficiência e interesse, atendia à sua enorme clientela. O seu trabalho sobre *Sesmarias* é labor de mestre. Cultivou as Musas com inspiração, e no jornalismo a sua atuação foi decisiva, principalmente como participante da redação do *Pedro II*, órgão do Partido Conservador, no Ceará. Morreu pobre, porque a boêmia não o deixou amearhar, em 15 de maio de 1905, nesta Capital. Como Patrono, foi escolhido pelo pe. Antônio Tomás,

na reforma de 1922. Assim consta da assinatura deste nos Estatutos de 19 de agosto desse ano. (*Rev. da Academia*, nº 32-33, p. 201.)

Estes, figurantes no Quadro de Patronos de 1922.

Do de 1930, não continuaram:

14 — AGAPITO Jorge DOS SANTOS. De origem pernambucana, pois nasceu em Santo Antônio, mais tarde cidade de Vitória, daquele Estado, no dia 24 de março de 1852, filho do Dr. Joaquim Jorge dos Santos, que foi Juiz de Direito em Fortaleza, e de Luísa Maria Crespo. Estudou no reputado Ateneu Cearense, dos irmãos Costa Mendes, desta Capital, e no Seminário Diocesano da Prainha, neste concluindo, em 1866, o curso de preparatórios, exceto o de Filosofia, dada a sua idade menor que a exigida. Foi então mandado para Roma, matriculando-se no Colégio Pio-Latino-Americano. Ali fez as humanidades e dois cursos de Filosofia, com distintas notas, porém a morte do pai o obrigou a interromper o *curriculum*, o que aconteceu em 1872. Conhecedor profundo do Latim, ensinou esta língua em Granja e Maranguape. Enquanto ensinava, provisionou-se advogado. Político e jornalista, exerceu funções públicas e foi Deputado à Assembléia do Estado em diversas legislaturas. Dirigiu o Liceu do Ceará e nele proferia aulas de Latim e Grego. Como representante do Ceará, esteve na Câmara de Deputados. Faleceu em Fortaleza a 23 de novembro de 1916.

15 — POMPÍLIO CRUZ. Advogado de grande conceito e professor da Faculdade de Direito do Ceará. Nasceu em Canindé, a 6 de janeiro de 1861. Vindo para Fortaleza, cursou o Ateneu Cearense, mas abandonou os estudos em 1877, preferindo trabalhar no comércio. Recomeçou os estudos em 1880 e os terminou na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se diplomou em 1885. Promotor de Justiça no Crato e Assaré para onde fora removido a contragosto seu. Abriu, então, banca de advogado em Baturité, comarca de que foi Promotor. Vindo para Fortaleza, continuou na advocacia, reputando-se como causídico, notadamente na tribuna do Tribunal do Júri. Faleceu nesta capital em 21 de dezembro de 1921.